

A questão da cultura política em Almir de Andrade e Oliveira Viana

Marcelo Barbosa Câmara*

Resumo

O presente artigo é desdobramento de tese defendida em outubro de 2010 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e que teve como objeto de pesquisa Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP de 1941 a 1945 e dirigida por Almir de Andrade. Nesta oportunidade iremos nos dedicar à reflexão acerca da cultura política brasileira, realizada através daquela publicação e de outros autores vinculados ao pensamento político autoritário, sobretudo Oliveira Viana e que influenciaram o pensamento político da época e, em especial, os autores que colaboraram em Cultura Política.

Palavras-chave: cultura política; intelectuais; Estado Novo.

Abstract

This article is based on a thesis that was presented in October 2010 at the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pontifical Catholic University of São Paulo). The thesis researched the journal 'Cultura Política' – Revista Mensal de Estudos Brasileiros (Political Culture, the Monthly Journal for Brazilian Studies) that was published by the Department of Press and Publicity - DIP from 1941 to 1945 and directed by Almir Andrade. This paper reflects on the Brazilian political culture, held by that journal and other authors linked to the authoritarian political thought that influenced the political thought of that time and especially the authors who collaborated with the journal 'Cultura Política', especially Oliveira Viana.

Keywords: political culture; intellectuals; New State.

A reflexão acerca do tema cultura política efetuada pelo pensamento político autoritário e em especial a contida na revista Cultura Política centrou-se fundamentalmente na crítica à democracia da República Velha, crítica que fundamentou suas propostas para a construção de uma nova sociedade que seria gerida pelo regime instaurado em 1937, o Estado Novo.

* Doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC/SP. E-mail: mbcamara@ig.com.br

Reflexão que tem características próprias que a diferenciam dos estudos acadêmicos das ciências sociais que tiveram início por volta da década de 60 do século XX, mas carregava consigo – já na década de 40 – a preocupação de tratar os fenômenos da política, levando em conta elementos concernentes à cultura política brasileira.

Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, temos uma vasta literatura sobre o tema Estado Novo, entretanto a pesquisa acerca do pensamento político que circundava o regime de 37 e que ele próprio buscou em muitos de seus princípios assumir enquanto ideário do regime, esta sim continua não suficientemente explorada e se explorada não foi tida como um conjunto de análises relevantes no tocante a um pensamento político que refletiu de forma apropriada a cultura política do Brasil.

Temos pesquisas acerca do tema cultura política e sobre pensamento político autoritário e a revista *Cultura Política*, porém, não se leva em consideração a produção intelectual dos autores ditos autoritários ou em específico da revista dirigida por Almir de Andrade como fonte de estudo sobre cultura política.

Em *Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo*, Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr. tratam da revista *Cultura Política*, observando que “...Cultura Política desempenhava um papel ativo na sistematização do discurso ideológico oficial (isto é, do Estado), buscando fundamentos em autores clássicos do pensamento político e em importantes representantes do pensamento autoritário nacional” (Codato e Guandalini, 2003, pag. 148).

Maria Tereza Sadek, em *Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana* não se restringe apenas à análise da obra de Otávio de Farias, mas ao levantamento e análise das diferentes matizes do pensamento político autoritário, caracteriza aquele pensamento não como formado de elementos característicos da produção acadêmica, mas uma produção intelectual que a exemplo de Machiavel, buscava influenciar e dar a contribuição que o intelectual pode dar na política que é a busca dos caminhos para a ação política e do consenso.

Outro trabalho dedicado à obra de um intelectual do pensamento autoritário e que se dedicou a análise do projeto de modernização do Brasil pela ótica de Azevedo Amaral é *Azevedo Amaral e o Brasil Moderno*, de Silvana Tótora.

Versando ainda sobre o pensamento político autoritário, *Paulo Augusto Figueiredo e o Pensamento Autoritário no Brasil*, de Elide Rugai Bastos, trata do autor e as influências que teria tido de Ortega y Gasset. Lembremos que Figueiredo foi colaborador de *Cultura Política* e em seu texto Bastos irá observar que a influência de Ortega y Gasset seria não só restrita àquele autor, mas à *Cultura Política* no que tange, por exemplo, ao papel daquela geração de intelectuais de dentro e fora da revista:

Isto é, cabe a uma elite intelectual formar e dirigir as massas, tema que será desenvolvido posteriormente pelo autor espanhol em *Rebelião das massas*, cuja primeira edição é de 1937, no qual estabelece claramente a conexão entre crise mundial e a ausência de direção da sociedade por uma elite “bem formada”, capaz de perceber os anseios e as necessidades do povo. A centralidade da cultura e a missão dos intelectuais, eixos articuladores da revista *Cultura Política*, constituem-se em pontos apoiados nas teses orteguinas. (Bastos. 2006, p. 128)

Assim, as abordagens em pesquisas do que foi designado como pensamento político autoritário podem variar desde as que versam sobre aspectos limitados da produção intelectual vinculada àquele pensamento, é o caso dos textos de Bastos ou Codato e Guandalini ou, então, em trabalhos que demonstram uma pesquisa mais abrangente e uma leitura menos limitada no que tange à interpretação da obra dos autores autoritários. Pesquisas como a de Sadek ou Tótora vinculam-se a este último tipo de pesquisa.

Entretanto, os trabalhos acerca do pensamento político autoritário citados nos servem – nos limites a que este texto se propõe – para demonstrar que, independente da abordagem ou se empreendem uma pesquisa mais ou menos complexa sobre o pensamento político autoritário – o fato é que não fazem menção aos estudos sobre cultura política, tampouco correlacionam os textos daqueles autores com o tema.

O texto de Wanderley Guilherme dos Santos *Raízes da Imaginação Política Brasileira* – apesar de não tratar do tema cultura política – irá refletir sobre umas das características que aparece na formação daquele pensamento político. Entende o autor que o caráter dicotômico que surge como característica básica no pensamento político brasileiro se fixa definitivamente na década de 30.

Ao se referir a obras de Euclides da Cunha como *Da independência à República de 1900* e *Os Sertões de 1905*, Santos aponta que

De qualquer modo, a análise de Euclides da Cunha abre caminho pelo qual vai enveredar número cada vez maior de analistas. As décadas seguintes testemunharão a crescente influência de escritores como Alberto Torres, Oliveira Viana e Gilberto Amado, cuja característica teórica distinta é a percepção de contrastes, oposições, polarizações. (1970, p. 151)

Um das dicotomias que entendemos como umas das bases do pensamento político autoritário é a oposição entre as instituições políticas da Primeira República e a cultura política do povo brasileiro e de seus políticos. É na reflexão em torno desta dicotomia que boa parte do pensamento político autoritário irá embasar sua produção.

Almir de Andrade e a revista *Cultura Política*

Em nossa opinião, a produção elaborada pelos autores catalogados pelas ciências sociais como autores do pensamento político autoritário vai além do embate político de sua época e é capaz de explicar algumas das deficiências das instituições políticas brasileiras anteriores ao Estado Novo, lançando também algumas pistas acerca da formação da cultura política brasileira.

Quanto à revista *Cultura Política* e o pensamento político autoritário, observamos a construção que a publicação dirigida por Almir de Andrade promoveu quando se referia à cultura política brasileira em conjunto com as influências que seus colaboradores sofreram ao produzir seus artigos no tocante a autores que mesmo não colaborando com a revista influenciaram o pensamento político da época.

Quanto aos estudos acerca do tema cultura política, vimos que autores como Oliveira Viana, Almir de Andrade e a revista dirigida por este último não são tidos nas pesquisas sobre o tema como reflexões que a ele se dedicaram.

Em um texto publicado em 1999, Kuschnir e Carneiro fazem um apanhado dos autores que refletiram sobre o tema cultura política dentro e fora do país. O texto trata de maneira abrangente do tema cultura política e antropologia política caracterizando-os.

Os autores elencam os que consideram pioneiros em pesquisas acerca de cultura política – Almond e Verba autores da obra *The civic culture*, publicada em 1963, citam o brasileiro José Álvaro Moisés como

pesquisador que se dedicou ao tema, mas não fazem nenhuma menção aos autores autoritários nem a revista *Cultura Política*.

Assim, procuraremos fazer uso da própria caracterização do que seja a pesquisa em cultura política trazida por Kuschnir e Carneiro – que consideramos adequada – para analisarmos alguns autores que influenciaram a revista *Cultura Política* e o próprio conteúdo da revista que acreditamos estar vinculada às reflexões voltadas à cultura política, destacando os casos específicos de Almir de Andrade e Oliveira Viana.

Sobre os que consideram pioneiros, Kuschnir e Carneiro observam que

O objetivo era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental, que levasse em conta os aspectos subjetivos das orientações políticas, tanto do ponto de vista das elites quanto do público desta sociedade. No nosso entender, a noção de cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus autores. (1999, p. 1)

Interessante observar que Kuschnir e Carneiro apontam como referência autores que veem em Montesquieu, Rosseau e Tocqueville as origens de estudos acerca do tema cultura política. Porém, apesar de apontarem referências que observaram nestes três autores uma abordagem também voltada ao tema cultura política, acreditam que Almond e Verba sejam efetivamente os pioneiros desses estudos.

Este artigo vai ao encontro da perspectiva que vê em Tocqueville, sobretudo em *A Democracia na América*, um pioneiro no estudo acerca da cultura política. Acreditamos ainda – esta é a razão deste artigo – que autores como Oliveira Viana, fundamentalmente em sua obra *Instituições Políticas Brasileiras* e Almir de Andrade em *Força, Cultura e Liberdade* e a frente da revista *Cultura Política* baseiam sua produção intelectual na perspectiva do entendimento da cultura política brasileira.

Distinção seja feita entre os dois autores nas produções acima citada: Oliveira Viana mostra-se preocupado em conhecer objetivamente a cultura política da sociedade brasileira e menos preocupado com o resultado imediato de sua obra junto à vida política nacional. Almir de Andrade utiliza-se de uma abordagem voltada ao entendimento da cultura política brasileira de maneira francamente instrumentalizada,

ou seja, escreve pensando na colaboração imediata que poderia dar a vida política nacional, tanto através de seu livro como ao dirigir a revista *Cultura Política*.

Demonstraremos, entretanto, que a obra de Oliveira Viana foi influência para autores que colaboraram na revista dirigida por Andrade e para o próprio autor quando da elaboração de *Força, Cultura e Liberdade*.

Convidado em 1941 por Lourival Fontes, na época diretor do DIP, para dirigir uma publicação que condessa-se o que seria o ideário político do Estado Novo, Almir de Andrade irá fundar naquele mesmo ano a revista *Cultura Política*.

O convite efetuado pelo então diretor do DIP a Almir de Andrade foi o resultado da publicação do livro *Força, Cultura e Liberdade* publicado em 1940. Já naquela obra – fruto do incentivo de Lourival Fontes – Andrade traça as linhas mestras daquilo que seria a linha editorial da revista *Cultura Política*.

Em carta a Vargas, datada de 27 de agosto de 1940, Andrade irá encaminhar o livro ao então Presidente da República expressando não só a admiração ao condutor do Estado Novo, mas esboçando algumas das diretrizes de sua reflexão política:

Num outro fato meditei longamente: se devia apresentar as ideias políticas de V.Exa. como expressões de uma ideologia particular e de uma doutrina pessoal ou se, ao contrário, devia integrá-las na corrente de tradições políticas e das mais profundas aspirações populares em que elas se inspiraram e de cujo ambiente retiraram esses traços tão originalmente brasileiros que as caracterizam. O próprio espírito que transpira nas afirmações constantes de V.Exa. fez com que me decidisse sem hesitar pela segunda alternativa. (Trecho da carta de Almir de Andrade a Getúlio Vargas. Fonte: *site* FGV-CPDOC. Classificação: GV c 1940.08.27)

Assim, em *Força, Cultura e Liberdade - Origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*, o autor trabalhará com duas argumentações que caminham de maneira complementar: o estudo da formação da cultura política do país feita por meio de fontes como Gilberto Freire (Andrade, 1940, p. 99), Sérgio Buarque de Holanda (*idem*, p. 103), Euclides da Cunha (*idem*, p. 105), Oliveira Viana (*idem*, pp. 111- 116) ou Alberto Torres (*idem*, pp. 117-118) no sentido de demonstrar as características desta cultura política cotejando-a com o que Andrade considera serem os erros dos dirigentes políticos brasileiros da República

brasileira de antes de 1930 na condução do Estado.

Ao lado do estudo da cultura política brasileira o autor irá analisar – sobretudo através dos textos de *A Nova Política do Brasil*, periódico publicado pela José Olímpio Editora e que visava, através da publicação de discursos e textos de Vargas, divulgar suas ideias – as congruências entre a nossa cultura política e a sensibilidade do Presidente para percebê-la e por em prática políticas que fossem compatíveis com o Brasil.

No livro que seria a gênese da revista *Cultura Política*, Andrade demonstra a forma pela qual iria atuar como intelectual: a preocupação com o entendimento dos fenômenos da política brasileira, engajada em um projeto político específico que era a da Revolução de 30, seu corolário o Estado Novo, mas, principalmente, com o político Getúlio Vargas.

Sua referência a Gilberto Freire será no sentido de demonstrar a formação de um tipo político oriundo das relações da casa grande. Um tipo de socialização que formou o “senhor da casa grande” que se tornou a referência de poder para todos que estavam sob sua órbita, ou seja, todos que moravam na fazenda, centro de produção e socialização, ou como observa:

A autoridade política e social, de acordo com os métodos de colonização postos em prática pelo português, deslocou-se do Estado para a família, foi centralizada nas mãos dos senhores de engenho dos grandes patriarcas donos dos homens, das terras e das leis. (Andrade, 1940, p. 100)

Na sua perspectiva, esta cultura iria desembocar em duas questões: a primeira, a herança negativa que seria o sucessor do “senhor da fazenda, o coronel e após o chefe político local quando do regime eleitoral republicano” (idem, p. 101). Uma forma de representação política que se tornaria “um desastre”, segundo as palavras do autor quando em contato com a liberal-democracia, posta a visão localista daquele político.

Porém, Andrade acredita que a forma pessoal, o contato “homem a homem”, também herança do senhor de fazenda, cria um tipo de político que se mistura ao povo, sem fazer esforço para tanto. É acostumado, por sua formação cultural, ao trato direto com os subordinados, já que o embrião deste político está no senhor de engenho

[...] um aristocrata plebeu, que se fundia com a massa, que percorria todas as dependências das suas fazendas a pé ou a cavalo, gritando com os escravos, fiscalizando as moedas e as

senzalas, impondo sua autoridade pelo prestígio pessoal que não tem disfarces, nem intermediários. O brasileiro se habituou, assim, a essa forma concreta, íntima, pessoal de dominação. (Idem, p. 102)

Andrade, assim, forma alguns conceitos que seriam caros tanto em seu livro como na revista *Cultura Política*. O primeiro diz respeito à perspectiva localista do político brasileiro, preocupado com questões locais, ligadas ao “caudilhismo, caciquismo, o personalismo de grupos regionais e dos partidos políticos”, partidos políticos que não estavam preocupados com as questões que diziam respeito a Nação, mas a assuntos menores, pouco afeito aos “interesses sociais” e mais ligados aos interesses dos “chefes” (idem, p. 104)

No que chama de § 4º do capítulo que trata d’*As Tradições Políticas do Brasil*, Andrade trata d’*O Poder Moderador na política imperial*. Afirma que

Para contrabalançar a tendência “localista”, regionalista, que se formara no brasileiro por influência da autoridade direta do chefe da família patriarcal, a experiência histórica mostrara que só havia um meio: a centralização do governo, o fortalecimento do poder central, como princípio de equilíbrio e neutralização dos regionalismos. (Idem, pp. 106-107)

Fazendo uso do que seria uma marca na sua produção intelectual voltada à política, o autor irá fazer um histórico do que foi o poder moderador no Brasil, sobretudo no reinado de D. Pedro II, demonstrando que o poder do imperador, com sua habilidade em contemporizar “Procurava amoldar-se às necessidades sociais, ouvia os partidos, resolvia serenamente todos os conflitos internos, empregava a força com moderação, quando a mesma se fazia necessária para restabelecer a ordem no país” (idem, p. 107).

Assim, a figura do Imperador que seria “...um homem bom, simples, enérgico, mas pouco rígido e nada intolerante.” moldava-se às reais necessidades da política e da sociedade brasileira. Buscando interpretar estas reflexões, podemos afirmar que – do ponto de vista de Andrade – havia naquele período o entrosamento ideal entre a cultura política da sociedade brasileira e as instituições políticas do país.

Assim, o ordenamento político nacional fazia com que a figura do imperador, presente em todos os cantos do Brasil, contrabalançasse a política localista dos partidos e do político típico do país.

Em suma, nesta breve observação da obra *Força, Cultura e Liberdade*, temos alguns elementos que seriam o eixo pelo qual a revista *Cultura Política* foi construída e pelo qual a própria reflexão sobre cultura política aparece em Almir de Andrade.

Alguns dos aspectos da gênese da cultura política brasileira, tais como a caracterização do político brasileiro, sua relação com os subordinados e o poder moderador, irão apontar para outras questões caras a Andrade e que irão ser recorrentemente abordadas no decorrer tanto do seu livro quanto da revista que viria a dirigir.

Neste momento, a questão da dicotomia apontada por Wanderlei Guilherme dos Santos deve ser lembrada, posto que as questões aqui levantadas e outras que aparecem nas reflexões de Andrade acerca da cultura política do país irão ser colocadas em oposição à política tocada pelos liberais democratas – como costumava se referir – quando à testa do poder no Brasil.

Recorre o autor a Oliveira Viana de *O Idealismo da Constituição* e a Alberto Torres em *O Problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional* para deixar clara a dicotomia entre a cultura política e a forma de organização da sociedade promovida pelos constituintes de 1891.

Tratava-se então, na concepção construída por Andrade – com o auxílio do pensamento de autores como Torres e Viana – de uma organização política baseada na concepção de que uma constituição escrita iria criar costumes políticos novos, dando origem a uma sociedade democrática e com um povo capaz de se movimentar dentro do escopo desta nova organização constitucional.

Sobre esta tentativa Andrade vê que “O regime republicano se dissociaria das tradições seculares da política brasileira, colonial e imperial. Criara um estado de coisas que não correspondia, nem às necessidades nacionais, nem à mentalidade política do nosso povo” (idem, p. 119).

É neste ponto que aparecerá na reflexão de Andrade o político Getúlio Vargas. Ele será o condutor capaz de por fim à dicotomia entre a cultura política do povo brasileiro e as instituições políticas artificiais criadas pela liberal democracia.

A citada correspondência a Vargas quando da publicação de *Força, Cultura e Liberdade*, aponta para a capacidade que – segundo o autor – o líder da Revolução de 30 e do Estado Novo possuía em captar as

expectativas da sociedade brasileira, sua cultura política e transformá-las em instituições compatíveis com as tradições políticas do Brasil.

Com o intuito de refletir – e propagar a um público mais amplo – acerca da cultura política nacional, as experiências positivas e negativas de organização política e a sua visão do que seria o político e a forma de organização política mais próxima do ideal para o Brasil é que Almir de Andrade passaria a dirigir a revista *Cultura Política*.

Andrade ficou à testa da revista durante as 50 edições promovidas pelo DIP. Após o fim do Departamento, em maio de 1945, por iniciativa própria, o diretor da revista ainda publicaria mais 3 números – agosto, setembro e outubro de 1945, sendo que a revista deixaria de ser publicada com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

Uma revista de cultura e política, como observava Almir de Andrade e que continha em suas páginas além de textos dedicados à política e à história da política nacional, outros que abordavam o folclore brasileiro, a literatura, teatro e costumes do país, preocupando-se em abranger a totalidade do território brasileiro nas matérias que veiculava.

Nesta empreitada, Andrade iria fazer uso – para formulação da reflexão acerca da cultura política do país e seus desdobramentos na formulação da organização da sociedade e da política nacional – de colaboradores, dos autores que publicariam seus artigos em *Cultura Política*.

A seleção dos artigos enviados para publicação na revista ficou a cargo do próprio Almir de Andrade quando do início da revista, após alguns meses – quatro ou cinco segundo Andrade – Graciliano Ramos passou a fazer a correção ortográfica dos textos enviados e a selecionar os que seriam publicáveis, sendo que após a seleção, Andrade decidia quais textos seriam publicados na revista.

Ao fazer o levantamento histórico da política brasileira de antes da Revolução de 30 e seu corolário que seria em sua opinião o Estado Novo, a revista constrói uma análise crítica dos partidos políticos, do político brasileiro e do povo brasileiro e o tipo de inserção que ele teve na vida política nacional, sobretudo a partir do período republicano e aponta para o que seria para a revista – o encontro do Brasil com uma ordenação política compatível com sua cultura: o Estado Novo e seu condutor Getúlio Vargas.

Já observamos que, além de seus colaboradores, *Cultura Política* deixa transparecer a influência de intelectuais que não chegaram a assinar nenhuma das matérias da revista. Um destes intelectuais, o que consideramos o pioneiro do que é considerado como pensamento político autoritário, é Alberto Torres.

A influência do político e intelectual autor de *A Organização Nacional* – com prefácio à primeira edição datado de 1914 – comporá a reflexão pertinente ao descompasso entre cultura e a organização das instituições da política no Brasil de seu tempo.

Anterior a outros autores autoritários, Alberto Torres já concebia como fadada ao insucesso as sociedades formadas a partir de alicerces alheios à própria cultura local ao mesmo tempo apontando para o remédio a ser administrado a formações sociais erigidas daquela maneira:

Se, em toda parte, as sociedades não receberam organizações próprias, senão simples construções provisórias, com materiais em ruína; se o Estado não é, ainda, mais que mera corporação policial, e órgão de comando, por violência ou por sugestão; no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, por uma política: eis o meio de transsubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade. (Torres, 1978, p. 37 – citação e comentários em *Câmara*, 2010, p. 46)

Temos que a organização da política e suas instituições deveriam ser construídas à medida pela qual a sociedade fosse formando-se e sendo capaz de se organizar.

A crítica à cultura política brasileira que aparece em colaboradores da revista *Cultura Política* são em boa parte oriundas desta matriz, influenciadas por ela ou formadas no sentido de corroborar esta faceta do pensamento político de Alberto Torres e sobretudo de Oliveira Viana, este último contemporâneo dos colaboradores da publicação dirigida por Almir de Andrade.

Torres e Viana não tiveram textos publicados em *Cultura Política*, mas esta perspectiva que fundamenta a análise da cultura política brasileira que perpassa a publicação dirigida por Almir de Andrade forma tanto a crítica que a revista empreendeu a partidos políticos, políticos e ao povo brasileiro e sua participação na vida política do país

como a argumentação presente também em seu livro *Força, Cultura e Liberdade*.

Voltando aos conceitos de cultura política levantados por Kuschnir e Carneiro, podemos não só cotejá-los com o trabalho de Almir de Andrade, mas levantarmos mais alguns pontos de convergência entre a reflexão mais contemporânea sobre cultura política e Oliveira Viana.

Para elaboração do conceito de cultura política, Almond e Verba inspiram-se em trabalhos das mais diversas áreas do conhecimento, como a história, a filosofia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, que se haviam dedicado ao estudo das dimensões subjetivas da política. Nesse universo, a principal referência é a chamada Escola de Cultura e Personalidade que se desenvolveu nos Estados Unidos no pós-guerra dos anos 20 até aproximadamente o final da década de 60. Naquele momento, influenciados pelo contexto histórico e político, diversos antropólogos, como Edward Sapir, Margaret Mead e Ruth Benedict, vinculados a Franz Boas, direcionaram sua pesquisas para compreensão da cultura, de um modo geral, e das questões relacionadas ao caráter nacional. (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 2).

Logo no segundo capítulo de *Instituições Políticas Brasileiras*, Oliveira Viana lança mão de conceitos de antropologia formulados por Ruth Benedict, Malinowski e Radcliffe-Brown no sentido de estruturar sua reflexão acerca de cultura e seu significado dentro do processo de socialização dos povos.¹

No terceiro capítulo, a respeito do que entende por complexo cultural e suas influências no comportamento dos homens nas sociedades, dirá:

Um complexo cultural não contém apenas um sistema de normas sociais, possíveis de serem cristalizadas num regulamento, num ritual, num prontuário, num código ou numa Constituição. Na sua composição encontramos, ao mesmo tempo, como estamos vendo, dois grupos de elementos componentes: os elementos

1 O fato é que em *Instituições Políticas Brasileiras* são inúmeras as citações de Oliveira Viana no sentido de embasar e construir suas reflexões. Maria Stella M. Bresciani em *O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social*, comenta: “É difícil falar em um “método científico” quando se trata de Oliveira Viana. São tão numerosas as citações e referências de pé-de-página que por si sós pedem um ensaio à parte. Contudo, em apoio de nosso argumento sobre estar Oliveira Viana imerso no debate teórico internacional, é importante indicar múltiplas disciplinas de análise social que o interessam e o denominador comum da maioria das obras por ele utilizadas, ou seja, a adesão a uma teoria de caráter científico enfatizada nos próprios títulos” (Bresciani, 2002, pp. 114-115). A autora se refere aos títulos dos capítulos da obra a que fazemos referência: Capítulo I – Direito, Cultura e Comportamento Social; Capítulo II – Cultura e Panculturalismo; Capítulo III – Estabilidade dos Complexos Culturais ou ainda, outro exemplo Capítulo XI – Os “Clãs Eleitorais e sua Emergência no IV Século (Gênese dos partidos políticos) e etc.

externos ou objetivos (fatos, coisas, signos, tradições); os elementos internos ou subjetivos (sentimentos, ideias, emoções, julgamentos de valor, etc.); e é desta complexidade de elementos constitutivos que ele tira o seu nome. (Viana, 1999, pp. 94-95)

Observa Viana que a cultura não anula a personalidade do indivíduo, mas estes complexos norteiam o pensamento do homem

Daí a dificuldade em abandoná-los por motivo de qualquer modificação porventura ocorrida apenas nos seus elementos externos, por assim dizer, ou transcendentais. Tal, por exemplo, a modificação operada por uma reforma de costumes, através de uma lei nova, que importe um novo comportamento. Porque o novo regime legal ou a nova pauta de comportamentos modifica ou altera apenas os elementos externos. De que se compõe o complexo; não, porém, os seus elementos internos ou imanentes (sentimentos, emoções, ideias, julgamento de valor, etc.), que não podem, obviamente, ser atingidos e erradicados imediatamente apenas por força ou em virtude dos mandamentos da nova lei ou novo regime de normas. (Idem, pp. 95-96)

Com esta obra de 1949, produzida já depois do fim do Estado Novo, Viana sintetiza sua perspectiva acerca de instituições políticas e sua relação com a cultura dos povos e, especificamente, com a do Brasil. Em *O Idealismo da Constituição* – utilizado como referência para discursão acerca do tema por Almir de Andrade em seu livro *Força, Cultura e Liberdade* – esta questão já havia sido refletida, posto que todo livro é no fundo uma discursão acerca da questão instituições políticas e sua correspondência com a cultura política brasileira, uma reflexão feita no desenrolar dos acontecimentos políticos, mas preocupada em revelar a insuficiência de uma Constituição em desacordo com as demandas, expectativas e o modo de ser do povo brasileiro.

Ou seja, Viana ali já buscava demonstrar – utilizando-se de uma linguagem menos preocupada com o rigor científico e mais com o embate político – o que mais tarde faria de maneira mais embasada em *Instituições Políticas Brasileiras*. Sua visão de cultura política fica expressa quando reflete sobre a adequação dos arcabouços legais aos costumes dos povos.

Esta cultura política, que é própria a este regime democrático-parlamentar, só tem sido, na verdade, plenamente realizada até agora entre os povos anglo-saxônicos. No povo inglês ou no anglo-americano, o campo da discordância ente as normas, que regulam as instituições políticas, e os comportamentos é reduzidíssimo, quase nulo. È que, entre eles, os novos

comportamentos, que a lei venha porventura a impor, costumam consagrar apenas oficialmente as mudanças que pedem apenas a sanção do Estado por meio de um *statute* ou de um *act*. Povos de *common law*, neles o direito-lei o direito-costume estão sempre em coincidência. O ângulo de desconformidade é mínimo, exprimindo certamente as diferenças oriundas dos fatores individuais, isto é, dos temperamentos, da equação pessoal de cada um (curva de Alport) (Viana, 1999, p. 103).

Com a citação a Viana voltemo-nos à discussão contemporânea feita por Kuschnir e Carneiro, quando citam e comentam a obra de Robert D. Putnam *Comunidade de Democracia a experiência da Itália Moderna*.

A citação dos autores nos leva a uma questão cara aos autoritários e trata de uma reflexão atual, um debate vivo entre partidários da cultura política como determinante da estruturação da política, da socialização e com papel decisivo no que tange ao sucesso das instituições políticas e a perspectiva de institucionalistas/neoinstitucionalistas:

Em relação ao funcionamento dos regimes democráticos, os estudos de cultura política já mostraram que são capazes de responder a questões negligenciadas por outras abordagens. Alguns desses problemas do seu repertório básico foram formulados com muita clareza por Putnam (1997): “Se reformamos as instituições, seguirão as práticas políticas os mesmos caminhos?”; “De que forma o meio ambiente social, econômico e cultural influencia a performance das instituições democráticas?”; “Ou ainda, será que a qualidade da democracia depende da qualidade de seus cidadãos?” Estas questões de pesquisa representam uma aposta teórica na maior acuidade dos modelos de cultura política, indicando seu rendimento para o estudo do funcionamento das instituições políticas. (Kuschnir e Carneiro, 1999, p. 20)

Devemos deixar claro que as pesquisas em cultura política a que se reportam Kuschnir e Carneiro dizem respeito a pesquisas acadêmicas, normalmente cercadas de um rigor metodológico que em nosso caso, excetuando-se o trabalho de Oliveira Viana em *Instituições Políticas Brasileiras*, obra que mais se aproxima de uma abordagem deste tipo, estão longe de serem seguidas pelos autores aqui trabalhados. Entretanto, o pensamento político destes autores circula não raramente em torno das questões levantadas no parágrafo anterior.

Questões relacionadas à cultura política brasileira aparecerão em temas levantados pelos colaboradores de *Cultura Política – Revista Mensal*

de Estudos Brasileiros, e o levantamento destes temas pode nos mostrar o quanto em outros autores perspectivas vislumbradas por Alberto Torres, Oliveira Viana e Almir de Andrade são reproduzidas.

Assim, pelo menos até meados de 1944,² *Cultura Política* procurou demonstrar a insipiência de nossa cultura política e o quanto a sociedade de até então se via em caminho diverso de uma sociedade capaz de gerir-se pela democracia no estilo da dos EUA.

Ao mesmo tempo, a revista, através de seus colaboradores, analisou a história do parlamento brasileiro demonstrando o seu caráter historicamente incipiente, demonstrou a formação do parlamentar brasileiro e sua preocupação notadamente voltada ao interesse pessoal de grupos restritos, deixando de lado os interesses maiores da nação.

Cultura Política irá se dedicar matérias a analisar a constituições brasileiras destacando a primeira constituição da República como exemplo daquilo que Oliveira Viana apontava em suas obras: a formação de um arcabouço institucional que pretendia formar a sociedade a partir da letra da lei.

Criticando os constituintes que formularam a Constituição de 1891 e os que formularam a Constituição de 1934, imputava a eles o fato de terem importado das nações de tradição democrática, um conjunto de ideias oriundas de culturas diversas da brasileira.

Outra questão presente nas páginas da revista dirigida por Almir de Andrade é a incapacidade e falta de educação do povo brasileiro para lidar com a democracia e a vida republicana com sua liberal-democracia. Uma questão que aparece na obra de Viana em *Problemas de Política Objetiva* ainda em 1930 e retomada em *Instituições Políticas Brasileiras* já depois do fim do Estado Novo.

Azevedo Amaral no terceiro número de *Cultura Política* tratou de observar a maneira pela qual o povo brasileiro iniciaria a sua inserção, ou melhor, seria a não inserção na vida política nacional.

Quanto o grau de informação do povo brasileiro em relação à República quando de sua proclamação, Amaral relembra a frase

2 A partir deste período – com a mudança da conjuntura política externa e o enfraquecimento do regime – *Cultura Política* busca sintonizar-se com a democracia que estava na iminência de retornar à vida política do país. Para uma análise mais apurada da alteração da linha editorial da revista ver Câmara. *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros* (1941 a 1945); *Um Voo Panorâmico sobre o Ideário político do Estado Novo*. Capítulo 4 – págs. 175 a 196 (4.5 *O Fim do Estado Novo* e de *Cultura Política*.: Revista Mensal de Estudos Brasileiros) Tese de Doutorado PUC/SP 2010.

de Aristides da Silveira Lobo, que no século XX inspirou o título de livro de José Murilo de Carvalho *Os bestializados*. O povo que “assistiu bestializado” a proclamação da República escreve Amaral, ressaltando que “O regime democrático foi instituído entre nós sem que o povo tivesse compartilhado ou pelo menos se interessado pela grande metamorfose política que se operava. (CP, – maio de 1941 – ano I, n. 3, p. 163 – comentários e citação em Câmara, 2010, p. 93)

A relação entre povo e política, criticada pela revista *Cultura Política*, advém, portanto, de duas questões que mutuamente se alimentam: uma representação política e um modelo de instituições políticas em desacordo com o país e um tipo de colonização e, por conseguinte, uma organização social que não fortificou o espírito de auto-organização do povo brasileiro.

Conclusão

A reflexão dos autores estudados neste artigo teve como eixo fundamental a questão da cultura política. No caso de Almir de Andrade, a preocupação de sua produção intelectual em *Força, Cultura e Liberdade* e a frente da revista *Cultura Política* sempre foi a política e o apoio a Getúlio Vargas, sendo este último – antes mesmo do que seu apoio às políticas do Estado Novo – o mais importante, tanto na revista como em seu livro.

Andrade, apesar de ser movido em suas reflexões e produção intelectual pela motivação política, fez da discussão em torno do tema cultura política o centro de sua argumentação e conseguiu demonstrar a dicotomia entre a cultura política brasileira e as instituições que fracassaram em estabelecer no Brasil antes de 1930 sua ordem político-social.

É certo que, do ponto de vista institucional, o ordenamento político tentado com o Estado Novo, no que se refere à Constituição de 37, não logrou sucesso, apesar do diagnóstico acertado de Andrade quanto ao que existia em termos institucionais no país antes da Revolução de 30 e do regime de 37.

Já a obra de Oliveira Viana, tomando como exemplo *Instituições Políticas Brasileiras*, nos traz uma reflexão mais elaborada do tema

cultura política e instituições políticas. A perspectiva de Viana, mesmo que passe pela vontade de influir no embate pela hegemonia das ideias de seu tempo, vincula-se à preocupação em produzir uma obra de interpretação da formação da sociedade brasileira mais sólida e perene.

Se a obra de Andrade nos serve como parâmetro de entendimento do embate político da época, para o entendimento das razões de 1937, a obra de Oliveira Viana, no nosso entendimento, aparece como reflexão fundamental para o entendimento da cultura política brasileira e das instituições políticas do país.

Referências bibliográficas

ANDRADE, A. de (1940). *Força Cultura e Liberdade – Origens históricas e tendências atuais da evolução política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.

BASTOS, E. R. (2003). “A revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset”. In: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M. e ROLLAND, D. (org.). *Intelectuais: Sociedade e Política*. São Paulo, Cortez.

BASTOS, E.; RIDENTI, M. e ROLLAND, D. (2006). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

BRESCIANI, M. S. M. (2002). “O Charme da Ciência e a Sedução da Objetividade: Oliveira Viana, Cientista Social”. In: SILVA, S. S. e SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec.

CÂMARA, M. B. (2010). *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros (1941 a 1945): Um Voo Panorâmico sobre o Ideário Político do Estado Novo*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC-SP.

CODATO, A. e GUANDALINI, W. (2003). Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 32 (Intelectuais).

FIGUEIREDO, M. (1968). *Cultura Política: Revista Teórica do Estado Novo. Dados*. Rio de Janeiro.

HOLANDA, S. B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras/Schwarz.

KUSCHNIR, K. e CARNEIRO, L. P. (1999). As dimensões subjetivas da política: Cultura Política e Antropologia da Política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24.

ORTEGA y GASSET, J. (2007). *A Rebelião das Massas*. São Paulo, Martins Fontes.

PUTNAM, R. D. (1996). *Comunidade e Democracia a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora.

SADEK, M. T. A. (1978). *Machiavel, Machiavéis: A Tragédia Octaviana*. São Paulo, Edições Símbolo.

SANTOS, W. G. dos (1970). Raízes da Imaginação Política Brasileira. *Dados*. Rio de Janeiro, n. 7.

SEVCENKO, N. (2003). *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Editora Companhia das Letras.

SKIDMORE, T. (1979). *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. São Paulo, Paz e Terra.

TOCQUEVILLE, A. de (1998). *A Democracia na América*. São Paulo, Martins Fontes.

TÓTORA, S. M. C. (1991). *Azevedo Amaral e o Brasil Moderno*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP.

TORRES, A. (1978). *A Organização Nacional*. São Paulo, Nacional.

VARGAS, G. (1938). A Nova Política do Brasil. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro, n. 5.

VIANA, O. (1930). *Problemas de Política Objetiva*. Companhia Editora Nacional.

_____. (1939). *O Idealismo da Constituição*. São Paulo/Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional.

_____. (1999). *Instituições Políticas Brasileiras*. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília, Senado Federal.

Revistas

CULTURA POLÍTICA – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. 1941 a 1945. (50 volumes). Direção de Almir de Andrade. Editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Os cinquenta primeiros exemplares digitalizados constam do “site” CPDOC: www.fgv.br/cpdoc/

CULTURA POLÍTICA. 1941 a 1945. (3 volumes – 51 a 53). Editadas por Almir de Andrade.

Sites consultados

(www.cpdoc.fgv.br) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV – Rio de Janeiro – R.J.

Entrevistas

ANDRADE, Almir de (1985). Depoimento, 1981. Rio, FGV/CPDOC - História Oral.

ANDRADE, Almir de (1986). Depoimento, 1984. Rio, FGV/CPDOC- História Oral.